

## CONTRATO Nº. 001/2014

CONTRATO CELEBRADO ENTRE A COMPANHIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO DO RECIFE – CTTU E A EMPRESA ESSE ENGENHARIA SINALIZAÇÃO E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA., QUE TEM POR OBJETO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL, NAS VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DO RECIFE.

**A COMPANHIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO DO RECIFE – CTTU**, Sociedade de Economia Mista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.846.103/0001-20, sediada na Rua Frei Cassimiro, nº 91, Santo Amaro, – Recife – PE, daqui por diante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por sua Diretora-Presidente, **TACIANA MARIA FERREIRA**, brasileira, solteira, engenheira, inscrita no CPF/MF no 520.603.304-91, portadora do RG nº. 2.443.398 SSP/PE, assistida por seu Gerente Geral Administrativo e Financeiro em Exercício Cumulativo, através da Portaria nº. 002/2014, **ROBERTO EMBIRUÇU LYRA**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob nº. 213.174.294-00, ambos residentes e domiciliados na Cidade do Recife, de acordo com as atribuições definidas pela Lei Municipal nº. 16.534, de 24 de novembro de 1999 e a Empresa **ESSE ENGENHARIA SINALIZAÇÃO E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 40.869.463/0001-09, com sede na Avenida Herculano Bandeira, Nº 749, 3º andar, Pina, CEP: 51.110-131, Recife/PE, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Diretor-Superintendente, **JOÃO BATISTA DANTAS DE MEDEIROS**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº. 037.803.174-00, residente e domiciliado na cidade do Recife, **FIRMAM** o presente instrumento com observância estrita de suas cláusulas, abaixo relacionadas, que em sucessivo, mútua e reciprocamente outorgam e aceitam, de conformidade com os preceitos de direito público, além dos especificadamente previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidação determinada pelo art. 3º da Lei nº. 8.883, de 08 de junho de 1994 - D.O.U. datado de 09 de junho de 1994, vinculado ao Pregão Presencial 011/2013 – CPL/CTTU e à Proposta da CONTRATADA, aplicando-se supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste ajuste, a contratação de empresa de engenharia de trânsito para prestação de serviços, discriminados nos LOTES a seguir:

I – **LOTE 01**: Execução dos serviços de implantação e manutenção de sinalização horizontal e vertical, nas vias urbanas do Município do Recife, das **RPA 01 (Região Centro), RPA 02 (Região Norte) e RPA 03 (Região Noroeste)**;





II – **LOTE 02**: Execução dos serviços de implantação e manutenção de sinalização horizontal e vertical, nas vias urbanas do Município do Recife, das **RPA 04 (Região Oeste), RPA 05 (Região Sudoeste) e RPA 06 (Região Sul)**.

§ 1º A área de abrangência de cada RPA e as especificações técnicas relacionadas à execução dos serviços encontraram-se definidas no Edital do Pregão 011/2013 – CPL/CTTU e seus anexos, devendo a CONTRATADA atender os preceitos ali definidos.

§ 2º Os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto ora contratado somente serão efetivados observando-se os termos do art. 65, §1º, da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, por meio de termo aditivo.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS**

2.1 O prazo para execução dos serviços objeto desta contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, de acordo com o art. 57, II, da lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores;

2.2. Após assinatura deste instrumento, a CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, expedirá a primeira Ordem de Serviço, podendo esse prazo ser dilatado, após justificativa da CONTRATADA, e da anuência da Administração. As demais Ordens de Serviços serão emitidas na medida das necessidades definidas pela CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1. O valor unitário de cada lote, objeto desta contratação, é de:

I – LOTE 01 – R\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais);

II – LOTE 02 – R\$ 3.671.000,00 (três milhões, seiscentos e setenta e um mil reais).

3.2. O valor global desta contratação é de **R\$ 7.971.000,00 (sete milhões, novecentos e setenta e um mil reais)**, nele incluídas todas as despesas com pessoal, transporte, carga, descarga, tributos, encargos e outras inerentes a presente avença, conforme proposta adjudicada da Empresa CONTRATADA;

3.3. A CONTRATANTE efetuará os pagamentos no 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços correspondentes, condicionado à apresentação, pela CONTRATADA, da respectiva nota fiscal/fatura com o atesto da Gerência Geral de Trânsito da CONTRATANTE, juntamente com as comprovações de regularidade dos recolhimentos do INSS e do FGTS e a Nota de Empenho emitida pela Divisão Financeira e Contábil da CONTRATANTE;

3.4. O primeiro pagamento estará condicionado, ainda, à apresentação da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica do objeto desta contratação, devidamente registrada no CREA-PE, nas condições estabelecidas na Cláusula Nona, item 9.2,





inciso I, deste instrumento;

3.5. O valor das faturas equivalerá à prestação dos serviços e quantidades efetivamente prestadas;

3.6. Não se constitui inadimplemento da CONTRATANTE a falta de pagamento no prazo acima estabelecido, em caso de atraso na prestação de serviços ora contratados;

3.7. Quando houver erro de qualquer natureza na emissão do relatório de medição e faturamento, bem como da Nota Fiscal, o documento será devolvido, imediatamente, para correção, não devendo ser computado esse intervalo de tempo para efeito de qualquer reajuste ou atualização do valor contratado;

3.8. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades e obrigações advindas da execução dos serviços prestados, nem implicará em aceitação dos serviços e produtos em desacordo com o previsto neste Edital e seus anexos;

3.9. Os preços apresentados pela CONTRATADA são irrevogáveis nos primeiros 12 (doze) meses do contrato;

3.10. Caso haja inadimplência, por parte da CONTRATANTE, por um prazo superior a 90 (noventa) dias, a CONTRATADA poderá se valer do disposto no art. 78, inc. XV, da Lei nº. 8.666/93;

3.11. Na hipótese de eventual inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o índice de correção aplicado será o Índice Nacional de Custo da Construção Civil – INCC, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, utilizado proporcionalmente;

3.12. A CONTRATANTE poderá sustar o pagamento da nota fiscal/fatura, quando:

- a) Houver paralisação da execução dos serviços, até o seu reinício;
- b) A execução dos serviços apresentarem falhas e/ou incorreções, até a sua execução de forma satisfatória;
- c) Existir qualquer débito para com a CONTRATANTE, até que seja efetivamente pago ou descontado eventuais créditos que a CONTRATADA tenha perante a CONTRATANTE;
- d) Se a empresa estiver irregular com qualquer documentação.

3.13. Deverão ser deduzidas mensalmente das faturas e/ou garantias contratuais as penalidades contratuais;

3.14. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades e obrigações advindas das execuções dos serviços prestados, nem implicará em aceitação dos serviços e produtos em desacordo com o previsto neste Edital e seus anexos.



#### **CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTAMENTO**

4.1. Ultrapassados 12 meses da data da assinatura do contrato, excluída a responsabilidade da CONTRATADA proponente pelo retardamento da execução do objeto contratual, os preços serão reajustados, utilizando-se como o ÍNDICE NACIONAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL – INCC, apurado pela FGV - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.

4.2. Para cálculo do valor do reajuste contratual será observada a seguinte fórmula:

$$R = V [(I1 / I0) - 1]$$

Onde:

R = valor do reajuste procurado;

V = valor contratual, sujeito ao reajuste

I0 = número índice acumulado inicial, referente ao mês de apresentação da proposta;

I1 = número índice acumulado relativo ao mês do reajuste, que será sempre igual a 12 meses do mês de assinatura do contrato.

4.3. Na hipótese de prorrogação do contrato e desde que o prazo da prestação dos serviços ultrapasse 12 (doze) meses da assinatura do contrato ou do último reajuste levado a efeito, o reajustamento deve ser pleiteado até a data da prorrogação contratual subsequente ao surgimento do direito ao reajuste, sob pena de perda do direito ao reajustamento que seria devido até a prorrogação.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. As despesas com a contratação decorrente da presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

ATIVIDADE: 2013.6406.15.453.1304.2.510 – Gerenciamento do Trânsito e do Transporte Público; ELEMENTOS DE DESPESA: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; SUBELEMENTO: 098 – Serviços de Trânsito; FONTE: 100.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

6.1. O Contrato será realizado através de execução indireta sob o regime de empreitada por preço global, do tipo menor preço por Lote.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL**







7.1. A CONTRATADA para execução dos serviços, objeto desta licitação, prestará, no ato da assinatura do contrato, em favor da CONTRATANTE, garantia fixada em 5% (cinco por cento) do **valor contratado por LOTE**, nos termos do artigo 56, § 2º, da Lei nº. 8.666/93, podendo a CONTRATADA optar por uma das modalidades a seguir indicadas:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, a ser depositada na Tesouraria da CONTRATANTE;
- b) Seguro-garantia, tendo como beneficiário a CONTRATANTE, emitida por entidade em funcionamento no país, cobrindo o risco de inadimplência do contrato, não sendo aceito seguro-garantia que exclua do âmbito dos riscos segurados a indenização decorrente de aplicação de sanções;
- c) Fiança bancária em favor da CONTRATANTE, prestada por entidade financeira localizada no Brasil;

7.2. No caso de opção por garantia prestada através de Títulos da Dívida Pública, estes deverão ser atestados pelo Banco Central do Brasil – BACEN;

7.3. A garantia deverá estar sempre em vigor durante toda a duração do contrato;

7.4. Se o valor da garantia for utilizado para pagamento de qualquer obrigação, penalidade ou indenização, a terceiros ou a CONTRATANTE, decorrentes da execução do contrato, a CONTRATADA se obriga a efetuar o reforço ou a reposição da garantia, no prazo máximo e improrrogável de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data da notificação feita pela CONTRATANTE;

7.5. Cumprido fielmente o contrato e recebidos definitivamente os serviços, a CONTRATANTE liberará ou restituirá à CONTRATADA a garantia oferecida para execução do contrato, devidamente reajustada, se prestada em dinheiro;

7.6. É vedado à CONTRATADA garantir ou utilizar o contrato decorrente da presente licitação para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

8.1. Compete à CONTRATANTE, através da Divisão de Sinalização Gráfica - DSG, subordinada à Gerência Geral de Trânsito - GGTR, designar, mediante Termo específico, funcionário responsável para exercer a fiscalização e acompanhamento deste Contrato, competindo-lhe, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93, informar à Administração sobre eventuais vícios ou irregularidades, propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularidades das faltas e defeitos observadas, conforme o disposto neste Contrato, admitida participação de terceiros, para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.





8.2. As decisões e providências que ultrapassem a competência do(s) representante(s), empregado(s) designado(s), deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes;

8.3 A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da CONTRATANTE, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, sendo que na sua ocorrência, não deverá implicar co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos, salvo seja caracterizada a ação funcional por parte destes;

8.4. O funcionário designado será responsabilizado por quaisquer atos omissivos ou comissivos praticados no desempenho de suas funções em desacordo com a Lei 8.666/93 ou aos termos e Cláusulas do presente Contrato, sujeitando-se às sanções previstas na referida Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das responsabilidades administrativa, civil e criminal que por culpa ou dolo tenha dado causa.

8.5. COMPETE especificamente à Fiscalização:

I – Exigir da Contratada o cumprimento integral das obrigações contratuais;

II – exigir o cumprimento integral dos Projetos, Detalhes, Especificações e Normas Técnicas da ABNT, e outras porventura aplicáveis;

III – rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para sua retirada do serviço de engenharia de trânsito;

IV – exigir a imediata substituição de técnicos, mestres ou operários que não correspondam tecnicamente ou disciplinarmente às necessidades dos serviços;

V – decidir quanto à aceitação de material "similar" ao especificado, sempre que ocorrer motivo de força maior;

VI – esclarecer prontamente as dúvidas que lhes sejam apresentadas pela CONTRATADA;

VII – expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à CONTRATADA;

VIII – autorizar as providências necessárias junto a terceiros relacionadas à execução contratual;

IX – promover, preferencialmente, com presença da CONTRATADA, as medições dos serviços executados, em data previamente comunicada a essa;

X – transmitir por escrito, instruções sobre as modificações dos serviços que porventura venham a ser feitos, bem como as alterações de prazo e cronograma;





XI – relatar oportunamente à Autoridade Superior da CONTRATANTE, ocorrências ou circunstâncias que possam acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços e em relação a terceiros;

XII - dar à Autoridade Superior da CONTRATANTE imediata ciência de fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a CONTRATADA, ou mesmo à rescisão do Contrato;

XIII – acompanhar a substituição de qualquer integrante da equipe técnica proposta pela CONTRATADA, durante a execução dos serviços, que somente será admitida, a critério da CONTRATANTE, mediante a comprovação de experiência equivalente ou superior do substituto proposto;

XIV – pronunciar-se sobre a veracidade das anotações feitas pela CONTRATADA no devido Livro de Ocorrências, bem como fazer observações quando necessário;

XV – registrar o andamento dos serviços, tendo em vista os projetos, as especificações, o prazo e o cronograma;

XVI – dar solução às consultas feitas pela CONTRATADA, quando dirigidas à Fiscalização e desde que não ultrapassem sua competência;

XVII – registrar as restrições que lhe pareçam cabíveis quanto ao desempenho da Contratada, seus prepostos e sua equipe.

Parágrafo Único - os serviços deverão desenvolver-se sempre em regime de estreito entendimento entre a CONTRATADA, através de sua equipe e a Fiscalização da CONTRATANTE, dispondo esta dos poderes necessários para atuar no sentido de zelar pela fiel execução do Contrato.

## **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES**

### **9.1. DA CONTRATANTE:**

I – Cumprir os prazos estabelecidos neste Contrato e na legislação pertinente;

II – efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme pactuado;

III – designar pessoa responsável pela fiscalização do cumprimento do Contrato;

IV – ter livre acesso aos locais de execução do serviço;

V – exercer a fiscalização dos serviços contratados de modo a assegurar o seu efetivo cumprimento;

VI – realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA, efetivando avaliação periódica;

VII – fornecer todas as informações necessárias à execução do objeto contratado;







VIII – notificar a CONTRATADA sobre quaisquer irregularidades encontradas quanto à qualidade da execução dos serviços;

XIX – fornecer, para execução dos serviços de implantação e/ou manutenção de sinalização, dos seguintes materiais:

- a) placas de sinalização vertical;
- b) postes regulamentares, semipórticos para placas e abraçadeiras;
- c) blocos de concreto;
- d) sinaleiros tipo tachão ou tacha.

§ 1º Os materiais mencionados no inciso anterior somente serão retirados do almoxarifado da CONTRATANTE nos seguintes horários: das 08 h às 11h30 e/ou das 13 h às 16h30, mediante apresentação, pelo responsável da CONTRATADA, de requisição de materiais, emitida pela Gerência Geral de Trânsito – GGTR da CONTRATANTE.

§ 2º A guarda dos materiais fornecidos pela CONTRATANTE é de inteira responsabilidade da CONTRATADA até o momento da entrega dos serviços, cabendo-lhe, ainda, a reposição imediata de quaisquer materiais extraviados ou danificados durante seu transporte.

## **9.2. DA CONTRATADA:**

I – Registrar o Contrato no CREA/PE e apresentar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a assinatura do contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica, emitida pelo CREA/PE;

II – manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

III – planejar os serviços de forma a não interferir no andamento normal das atividades desenvolvidas no local e em seu entorno;

IV – matricular os serviços no INSS e entregar à contratante, a cada medição, as guias de recolhimento das contribuições devidas ao INSS e ao FGTS do mês anterior anexando a folha de pagamento que originou as mesmas, nos termos da legislação específica em vigor;

V – manter no local dos serviços um "Livro de Ocorrências", no qual serão feitas anotações diárias referentes ao andamento dos serviços, qualidade dos materiais, mão de obra, etc., como também reclamações, advertências e principalmente problemas de ordem técnica que requeiram solução por uma das partes. Esse Livro, devidamente rubricado pela Fiscalização e pela Contratada em todas as vias, ficará em poder da contratante após a conclusão dos serviços, de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 em seu art. 67, §1º;





VI - assumir integral responsabilidade pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros na execução dos trabalhos contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas, destruições e multas.

VII - reconhecer que o inadimplemento do contrato, pelo descumprimento do pagamento e recolhimento das multas e dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento

VIII - responder pelas obrigações e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão ou não do objeto do contrato;

IX - responsabilizar-se por todo o pessoal que utilizar, a qualquer título, na execução dos serviços, o qual ser-lhe-á diretamente subordinado e vinculado e não terá com a CONTRATANTE relação jurídica de qualquer natureza;

X - aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões do fornecimento ora Contratado, que porventura se fizerem necessários, a critério da CONTRATANTE;

XI - manter sigilo sobre todas as informações recebidas pela Contratante;

XII - arcar com as despesas com o transporte, carga, descarga no local da entrega e com o pessoal utilizado na execução;

XIII - utilizar os materiais e equipamentos em estrita observância do previsto neste Edital e seus anexos, podendo ocorrer à utilização de similares que atendam às especificações técnicas, desde que prévia e expressamente aceito pela CONTRATANTE;

XIV - fiscalizar para que os integrantes da equipe de mão de obra operacional (operários) prestem suas atividades devidamente uniformizados e em padrão único, bem como fazendo uso dos equipamentos de segurança - EPIs - requeridos para as atividades desenvolvidas;

XV - executar fielmente este Contrato, observando a legislação aplicável;

XVI - executar todos os serviços e instalações de acordo com os projetos, especificações e demais elementos técnicos que integram este Edital, obedecendo rigorosamente às Normas Técnicas da ABNT e das concessionárias de serviços públicos;

XVII - não subcontratar, no todo ou em parte, serviços objeto do contrato;

XVIII - manter permanentemente, no local dos serviços, equipe técnica suficiente, formalmente designada, composta de profissionais habilitados e de capacidade comprovada, que assuma perante a Fiscalização da CONTRATANTE a responsabilidade técnica dos mesmos até a comunicação formal por parte da empresa da entrega provisória, inclusive com poderes para deliberar sobre qualquer determinação de emergência que se torne necessária;







XIX – manter no local dos serviços, além da equipe técnica, auxiliares necessários ao perfeito controle de medidas e padrões, assim como promover às suas expensas além do controle tecnológico dos materiais a serem empregados nos serviços, a segurança necessária à perfeita execução dos serviços, no tocante aos objetos e materiais instalados no canteiro do serviço, devendo este custo ser computado nas Despesas Indiretas da mesma;

XX – facilitar a ação da Fiscalização na inspeção dos serviços prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, inclusive de ordem administrativa;

XXI – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, as suas expensas, serviços objeto do Contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais ou equipamentos inadequados ou não correspondentes às especificações;

XXII – obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e a segurança nos acampamentos e nos canteiros de serviços;

XXIII – no caso de ser constatada qualquer irregularidade pela fiscalização da CONTRATANTE, terá a CONTRATADA um prazo de 02 (dois) dias para saná-la, sob pena de serem retidos seus pagamentos até que se repare a falta;

XXIV – entregar à Contratante, quando do Recebimento Provisório dos serviços, o "As Built" correspondente, registrando todas as alterações e complementações efetuadas no seu Projeto;

XXV – retirar do local destinado à prestação dos serviços todo o entulho decorrente de sua execução;

XXVI – o funcionário responsável da CONTRATADA pelas equipes de trabalho deverá atender aos seguintes requisitos técnico-profissionais:

- a) Saber interpretar projetos de sinalização de trânsito;
- b) Ser dotados de iniciativa para serviço;
- c) Conhecer e saber utilizar corretamente os equipamentos e ferramentas;
- d) Saber utilizar aparelhos de rádio-comunicação;
- e) Saber utilizar martetele a ar comprimido e revólver finca-pino;
- f) Ter noções de segurança do trabalho;
- g) Ser motoristas habilitados para os veículos empregados;
- h) Conhecer todos os tipos de materiais utilizados na execução dos serviços contratados, e normas de sinalização estabelecidas;
- i) Ser profissional com características de comando.





XXVII – disponibilizar equipes de trabalho em regime de Prontidão, as quais deverão estar aptas a prestar atendimento ininterrupto, tanto em período diurno como noturno, inclusive sábados, domingos e feriados, observado a escala/rodízio de empregados da firma, de acordo com a legislação trabalhista;

XXVIII – afixar dístico ou logotipo da firma contratada, nas portas das viaturas da mesma, conforme padrão fornecido pela CONTRATANTE;

XXIX – apresentar as viaturas destinadas à execução dos serviços pelo menos 30' (trinta minutos) antes do início dos serviços, já abastecidas e equipadas com as ferramentas necessárias à execução dos serviços contratados;

XXX – implantar, eventualmente, placas cobertas por material não transparente, cabendo às equipes de implantação a remoção dessas coberturas, no momento da deflagração do projeto, sem que isso represente qualquer acréscimo no valor dos serviços executados;

XXXI – comunicar, imediatamente, à Divisão de Sinalização Gráfica de Trânsito – DSG da CONTRATANTE quando do início da execução de qualquer Ordem de Serviço emitida;

XXXII – comunicar, imediatamente, à Divisão de Sinalização Gráfica de Trânsito – DSG da CONTRATANTE de eventualidades (chuvas, obras, interdições, etc.) que impeçam o cumprimento de uma "Ordem de Serviço" emitida, cabendo à CONTRATADA retornar ao local tantas vezes quanto necessário para a conclusão dos serviços;

XXXIII – instalar barra sinalizadora, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro - CTB e rádio - transmissor com no mínimo de 06 (seis) canais, nas viaturas da CONTRATADA, devendo os rádios sintonizar as frequências de operação da Central de Rádio da CONTRATANTE;

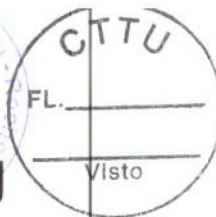
XXXIV – responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de instalações e consertos dos equipamentos citados no inciso anterior;

XXXV – transportar, para locais de serviço, todos os materiais fornecidos pela CONTRATANTE;

XXXVI – designar responsável para recebimento, junto ao almoxarifado da CONTRATANTE, dos materiais necessários à execução dos serviços de implantação e/ou manutenção de sinalização, devendo tais materiais serem retirados diariamente no período das 08h às 11h30 horas e/ou das 13h às 16h30, conforme a Cláusula Nona, item 9.1, § 1º, deste instrumento;

XXXVII – apresentar, nos dias, locais e horários determinados, os veículos, equipamentos, ferramentas e materiais de sinalização de segurança, e equipamentos de segurança a serem utilizados pelos responsáveis pela execução dos serviços que são necessários ao cumprimento das "ordens de serviços", expedidas pela Divisão de Sinalização Gráfica de Trânsito – DSG;





XXXVIII – prestar, através de seus responsáveis técnicos e/ou auxiliares, de todas as informações relativas ao objeto dos serviços executados, e equipamentos de segurança a serem utilizados pelos responsáveis pela execução dos serviços;

XXXIX – executar os projetos de sinalização em conformidade com as especificações constantes das "Ordens de Serviços" emitidas.

XL – cumprir as determinações dos técnicos responsáveis da CONTRATANTE, principalmente por ocasião das fiscalizações dos serviços;

XLI – iniciar e concluir as "Ordens de Serviços" emitidas rigorosamente dentro dos prazos determinados, exceto na ocorrência de casos fortuitos ou motivos de força maior devidamente justificados pela CONTRATADA, e apurados/atestados pela CONTRATANTE;

XLII – empregar, na execução das "Ordens de Serviços", somente de pessoal tecnicamente habilitado e que mantenha vínculo empregatício, de qualquer natureza, com a CONTRATADA;

XLIII – utilizar, na execução das "Ordens de Serviços", somente de materiais e equipamentos de sinalização que atendam às especificações técnicas constantes deste Edital e seus Anexos;

XLIV – empregar conveniente e adequadamente os materiais e equipamentos de sinalização, tudo segundo as normas técnicas de segurança existentes;

XLV – coordenar as ações entre os diversos órgãos e entidades envolvidas (CELPE, TELEMAR, COMPESA e outros), na hipótese de surgimento de interferências na execução dos serviços;

XLVI – respeitar à legislação Municipal, Estadual, Federal e, em especial, ao Código de Trânsito Brasileiro – CTB, bem como as Resoluções do CONTRAN sobre execução de serviços e sinalização em vias públicas;

XLVII – responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração Pública ou a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, inclusive em caso de eventual infração aos direitos de propriedade industrial de terceiros;

XLVIII – assumir integral responsabilidade pelas perdas e danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros na execução dos trabalhos contratados, salários, contribuições previdenciárias e sociais, providências e obrigações decorrentes de acidentes de trabalho, inclusive no caso de morte, além de multas que porventura apareçam, desobrigando ainda, à contratante de qualquer responsabilidade decorrentes da execução dos serviços;

XLIX – designar engenheiro responsável, para cada lote, que atenda à qualificação técnica exigida no Edital para recebimento, junto à Divisão de Sinalização Gráfica – DSG das Ordens de Serviços, referentes aos projetos de implantação e/ou manutenção de sinalização, o que deverá ser feito diariamente, no período das 14





h às 17 h, devendo o mesmo engenheiro supervisionar, acompanhar e orientar os serviços de sinalização vertical e/ou horizontal;

L – implantar a sinalização de segurança, quando da execução de serviços que possam perturbar ou interromper a livre circulação de veículos e pedestres, ou colocar em risco a sua segurança, conforme o previsto no CTB e aprovada pela CONTRATANTE;

LI – disponibilizar, por cada lote contratado, em até 15 (quinze) dias da assinatura do contrato, um veículo novo, motor 1.0, bicomcombustível, 4 portas, com potência mínima de 69 CV (67,6 HP), ar condicionado, e combustível, sem limite de quilometragem, seguro total, manutenção preventiva e corretiva, para auxiliar na fiscalização do cumprimento do objeto licitado, durante a vigência do contrato. O Veículo deverá ser equipado com rastreador via GPS. O veículo deve ser apresentado à Divisão de Sinalização Gráfica – DSG da CONTRATANTE para constatação do cumprimento das exigências descritas;

LII – fornecer, de acordo com a NR-6, Portaria nº. 3.214, de 10.06.78, do Ministério do Trabalho, aos empregados envolvidos na prestação dos serviços, gratuitamente, EPI (Equipamento de Proteção Individual) adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, da seguinte forma:

- a) Botas;
- b) Botina de Segurança sem componentes metálicos (para eletricista);
- c) Capacete de Segurança com jugular;
- d) Capas de chuva;
- e) Cinto de segurança para trabalhos em altura superior a 02 (dois) metros em que haja risco de queda;
- f) Coletes refletivos com identificação da CONTRATADA e a frase: "A SERVIÇO DA CTTU/CONTRATANTE";
- g) Luvas isolantes;
- h) Luvas para eletricista (de acordo com a tensão);
- i) Sobre luvas (utilizada junto com as luvas para eletricista);

§ 1º A não utilização do EPI durante a realização dos serviços pela CONTRATADA garante à CONTRATANTE o direito de exigir a sua utilização, ou até a suspensão dos trabalhos até que a situação se regularize.

§ 2º O engenheiro mencionado no inciso XLXI, desta Cláusula, deverá trabalhar em regime de dedicação exclusiva junto às equipes de sinalização vertical e horizontal previstas neste Edital não podendo supervisionar cumulativamente equipes de outros contratos junto à CONTRATANTE.



§ 3º a CONTRATANTE se reserva ao direito de solicitar a substituição de encarregados que não atendam aos atributos mínimos exigidos no inciso XXVI, desta Cláusula.

§ 4º Além de todas as obrigações aqui descritas, devem ser observadas as dispostas no Edital do Pregão Presencial nº. 011/2013 e seus anexos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES**

10.1. Pela inexecução total ou parcial, ou atraso injustificado do objeto desta Licitação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal ressalvado os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida à prévia e ampla defesa, serão aplicadas as seguintes cominações, cumulativamente ou não:

I – advertência;

II – multa, nos seguintes termos:

- a) pela recusa da CONTRATADA em corrigir as falhas na prestação dos serviços objeto da presente licitação, entendendo-se como recusa a prestação de serviços não efetivadas nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição – 10% do valor da prestação dos serviços.
- b) pelo não cumprimento de qualquer dos itens de serviços e respectivos prazos indicados na Ordem de Serviço será aplicada multa de 10% (dez por cento) do valor constante da Ordem de Serviços correspondente.
  - b.1) o descumprimento de 05 (cinco) ordens de serviços poderá ensejar a rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- c) pelo não cumprimento de qualquer das condições fixadas na Lei 8.666/93 e na Lei 10.520/02, com suas alterações, ou no instrumento convocatório, e não abrangidas nos incisos anteriores – 1% do valor do contrato para cada evento.

III – Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até dois anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

10.2. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº. 8.666/93 e posteriores alterações, inclusive durante todo o prazo de validade da execução dos serviços.





10.3. As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 30% (trinta por cento) do valor contratado, sem prejuízo das perdas e danos cabíveis. Atingindo o limite ora estabelecido, a CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o Contrato;

10.4. Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à CONTRATADA as importâncias alusivas às multas;

10.5. Qualquer sanção somente será relevada se ocorrerem, nos termos do Código Civil, situações configuradoras de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas pela contratada e aceitas pela CONTRATANTE;

10.6. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

Parágrafo Único - O valor das multas indicadas nesta Cláusula deverá ser recolhido no prazo de 03 (três) dias a contar do recebimento da notificação da penalidade, sem prejuízo de qualquer outra cominação prevista em lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

11.1. A rescisão deste contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrita da Contratante nos casos enumerados nos incisos de I a XII, XVII do artigo 78;

II - Amigável;

III - Judicial.

§ 1º - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º - A aplicação das multas a que se refere a Cláusula Décima, deste instrumento, não impedirá a rescisão do contrato pela CONTRATANTE nem a aplicação das sanções previstas na lei, de forma cumulativa.

§ 3º - A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78, da Lei Federal n.º 8.666/93, ou nas hipóteses do artigo 79 do mesmo diploma legal, quando cabível.

§ 4º - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. Além da Lei 8.666/93 e alterações posteriores e as condições ora estabelecidas, o presente instrumento está, ainda, supletivamente submetido à Teoria Geral dos Contratos, às disposições do Código de Defesa do Consumidor e



do Código Civil, no que couber, especialmente no que concerne aos prazos, garantias e responsabilidade civil;

12.2. Fazem parte do presente instrumento, como se transcritos estivessem, o edital do Pregão Presencial nº. 011/2013-CPL/CTTU e seus anexos e a proposta da Contratada, adjudicada pela CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

13.1. Fica eleito, desde já, o Foro da Comarca do Recife, Estado de Pernambuco, para dirimir as questões suscitadas na execução deste Contrato e que não possam ser resolvidas amigavelmente.

E, por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e subscrevem, ficando registrado em livro próprio da Gerência Jurídica da CONTRATANTE, conforme dispõe o artigo 60 da Lei nº 8.666/93.

Recife, 10 de janeiro de 2014.

#### **PELA CONTRATANTE:**

  
**TACIANA MARIA FERREIRA**  
Diretora-Presidente

  
**ROBERTO EMBIRUÇU LYRA**  
Gerente Geral Administrativo e Financeiro  
em Exercício Cumulativo

#### **PELA CONTRATADA:**

  
**JOÃO BATISTA DANTAS DE MEDEIROS**  
Representante Legal

#### **TESTEMUNHAS:**

  
Nome:

CPF: 031.478.584-13

  
Nome:

CPF: 105.097.704-10